

Parente propõe revisão de prioridades

Secretário do Planejamento quer menos desperdício no Orçamento da União

NELSON TORREÃO

BRASÍLIA — O governo vai contar, a partir do próximo ano, com um orçamento “quase permanente”. Essa é a proposta do secretário de Planejamento, Pedro Parente, para reduzir o desperdício de dinheiro dos investimentos públicos e adequar a ação do governo a prioridades escolhidas num processo de consulta, que incluirá os políticos.

O trabalho de revisão das prioridades, mantido o cenário de “austeridade fiscal”, começa na sexta-feira numa reunião de toda a equi-

pe da Secretaria de Planejamento, que deverá avançar durante o final de semana. Parente espera usar a experiência acumulada como secretário de Orçamento e Finanças e secretário-adjunto do Tesouro Nacional para resgatar a noção de “planejamento operacional”.

Para o secretário, o planejamento — a primeira etapa na confecção do orçamento — vem sendo negligenciado, o que aumenta a dispersão dos investimentos públicos. “É como se, a cada ano, as prioridades fossem rediscutidas para cada orçamento”, explica ele. Para acabar com o que chama de “efeito calendário”, Parente quer tornar o Orçamento da União um “sistema de gestão permanente” da ação do governo. Nesse processo, o Ministério da Economia deixará

de ditar as prioridades de governo e ficará apenas com a coordenação dos trabalhos e o estabelecimento das metas macroeconômicas.

A definição das prioridades vai levar em conta, segundo Parente, “a composição de forças” políticas que apoiam o governo, mas o cenário global continua o mesmo — de austeridade fiscal. “As informações preliminares de que dispomos indicam déficit zero no Orçamento da União até o final do ano”, diz o secretário.

Por enquanto, a mudança da equipe econômica produziu apenas duas alterações nos investimentos do governo — ambas decorrentes do estilo soft adotado pelo presidente Fernando Collor. Elas são o remanejamento de Cr\$ 40 bilhões das dotações de três Mi-

nistérios (Saúde, Educação e Ação Social) para a construção dos Centros Integrados de Assistência à Criança (Ciacs) e a destinação de US\$ 50 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à construção da Linha Vermelha (uma via paralela à Avenida Brasil, no Rio de Janeiro).

Não por coincidência, as novas prioridades trazem a marca do governador do Rio, Leonel Brizola, seja na construção dos centros de atendimento à criança seja no atendimento a uma necessidade do Estado do Rio. Brizola, um ferrenho opositor de Collor durante a campanha presidencial, já se tornou uma espécie de símbolo do entendimento político proposto pelo presidente da República.



Paulo Vitale/AE-6/11/89

Parente: consultas aos políticos